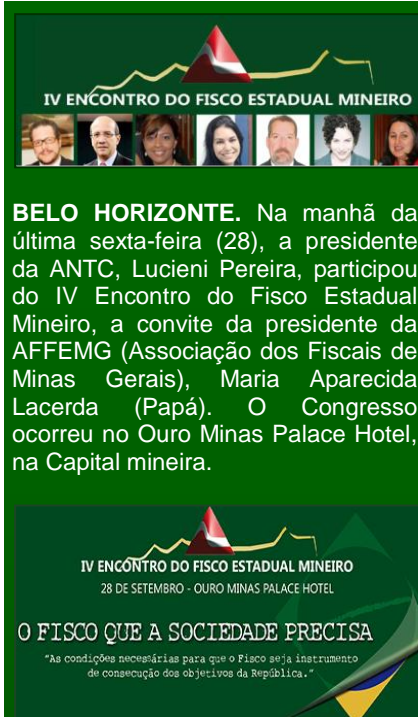


## PRESIDENTE DA ANTC PALESTRA NO IV ENCONTRO DO FISCO MINEIRO E DESTACA RISCOS JURÍDICO-FISCAIS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

### Deputado João Dado ressalta atuação das associações na defesa do Estado



**BELO HORIZONTE.** Na manhã da última sexta-feira (28), a presidente da ANTC, Lucieni Pereira, participou do IV Encontro do Fisco Estadual Mineiro, a convite da presidente da AFFEMG (Associação dos Fiscais de Minas Gerais), Maria Aparecida Lacerda (Papá). O Congresso ocorreu no Ouro Minas Palace Hotel, na Capital mineira.

Fotos: AFFEMG



Procuradora Regional da República, Zélia Pierdoná, fala do seu artigo publicado em revista internacional, no qual aponta a necessidade de lei complementar específica para estabelecer normas gerais para a previdência complementar do regime próprio dos servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. ANTC vai representar ao Procurador-Geral da República para que inconstitucionalidade seja questionada no Supremo Tribunal Federal.



Deputado João Dado prestigia Encontro do Fisco Mineiro e critica previdência complementar dos servidores públicos inaugurada pela União, SP e RJ.



### DEPUTADO RECONHECE IMPORTÂNCIA DA ANTC PARA DEFESA DAS CARREIRAS TÍPICAS

**IDENTIDADE NACIONAL.** Fiscal do Estado de São Paulo, o deputado João Dado fundou a Febrafite em 1992 com a finalidade de criar uma identidade nacional entre os fiscais de todo Brasil e defender os direitos e interesses de seus filiados em âmbito nacional. Após 20 anos, a Febrafite reúne associações exclusivas de fiscais de 26 Unidades Federadas e atualmente é presidida por Roberto Kupski (RS). “Kupski é um grande amigo dos auditores de controle externo. Juntos, defendemos as carreiras típicas de Estado e a melhoria da gestão pública”, ressaltou Lucieni. Com sólido conhecimento sobre previdência e finanças, Dado convocou os fiscais mineiros a não aceitarem o modelo de previdência complementar recém-inaugurado, pois ele fragiliza o serviço público. “As carreiras típicas são essenciais para defesa do patrimônio público e proteção do Estado brasileiro contra o poder econômico, precisam atrair os melhores profissionais, disse o deputado. Dado também identificou na ANTC propósitos idênticos aos da Febrafite, entidade que ele fundou há 20 anos. “Contem comigo para colaborar com a formação da identidade nacional dos auditores de controle externo, a exemplo de todas as ações que apoio para fortalecer os fiscais de tributo”, disse o deputado, ao acolher o pedido da ANTC que pretende prestigiar os auditores de controle externo de todo Brasil com uma surpresa no dia 20 de novembro, data em que se comemora o “Dia do Auditor”. Aguarde! O deputado também é relator do plano de carreira dos servidores do TCU que tramita na Câmara dos Deputados.

### O ESTADO QUE A SOCIEDADE PRECISA

“... ninguém que tenha capacidade e decência irá procurar emprego no setor público” a partir de agora.” Com essa declaração do ministro do STF, Cezar Peluso, durante entrevista ao Estadão, a presidente da ANTC e a procuradora regional da República instigaram a reflexão dos fiscais do Estado de Minas. As palestrantes abordaram os problemas jurídico-fiscais da previdência complementar e informaram que, no último dia 20, o Executivo editou o Decreto nº 7.808 para regulamentar a Funpresp. O artigo 5º do Decreto prevê que as Casas do Legislativo, TCU, MPU e CNMP podem celebrar convênios com a Funpresp-EXE. A Constituição e as Leis Complementares nº 108 e 109/2001, porém, limitam o Conselho Deliberativo a 6 membros, 3 representantes do patrocinador (empresa) e 3 participantes (segurados), vagas ocupadas pelo Executivo. “Como conveniados, os demais órgãos não participam das decisões da Funpresp. Os ministros do TCU têm prerrogativas de ministros do STJ, cuja previdência não se sujeita ao Executivo”, completa Lucieni.

A Lei de Acesso à Informação foi outro tema de debate entre os fiscais de tributo, que demonstraram preocupação com os excessos e riscos decorrentes da divulgação nominal das remunerações dos servidores públicos. Ao contrário do CNJ, a resolução do CNMP desobriga a divulgação nominal.

Em sua quarta edição, o evento traz como tema central “O Fisco que a Sociedade precisa – as condições necessárias para que o Fisco seja instrumento de consecução dos objetivos da República”. Para a presidente da AFFEMG, a escolha do tema tem como objetivo promover uma reflexão sobre o papel do Fisco frente aos objetivos constitucionais ditados pelo artigo terceiro da Constituição da República: a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades e promover o bem comum sem qualquer tipo de discriminação. “O resultado dos debates e reflexões do Encontro vão contribuir para a conscientização e valorização da nossa função de auditores fiscais, detentores do poder de polícia, que exercem uma função essencial ao funcionamento do Estado”, afirmou Papá. A Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) foi representada pelo 1º vice-presidente, Lirando Jacundá (DF). O primeiro painel contou com as palestras de Lucieni e Zélia Pierdoná, procuradora regional da República, sobre a previdência complementar do servidor público. O deputado federal, João Dado, também criticou o modelo de previdência recém-inaugurado pela União e os Estados de SP e RJ.